



## Reforma da Previdência já

**N**os anos 1980, o caso do “engenheiro que virou suco” ficou famoso, na mídia e na boca do povo naqueles tempos pré-internet, como expressão dos efeitos desastrosos para a economia brasileira da recessão de 1982, que atingiu fortemente o setor de engenharia de projetos e de construção. Um engenheiro da capital paulista, desempregado, precisou abrir uma loja de sucos para ganhar a vida e tornou-se o símbolo da chamada década perdida da economia nacional. Nessa década, não houve investimento em infraestrutura e tampouco empregos para engenheiros.

A engenharia é o instrumento do desenvolvimento, do crescimento econômico, da construção de bens físicos, e o engenheiro é o seu operador. Quando a economia entra em parafuso e inicia uma espiral descendente por motivos políticos e de equívocos de gestão, gerando entre outros o gigantesco déficit fiscal do governo, os engenheiros e as empresas de engenharia de projetos e de construção tendem a serem as primeiras vítimas da pior recessão da nossa história, que já produziu cerca de 13 milhões de desempregados. Nesse período, mais de 100 000 arquitetos e engenheiros perderam seus postos de trabalho nas atividades de projeto, gerenciamento de obras e construção. Sinal dos tempos, o profissional da engenharia desempregado nos dias atuais pode vir a ser conhecido como “o engenheiro que virou Uber”.

Esse cenário é lamentável. Com a demissão de engenheiros e o fechamento ou a venda de empresas brasileiras de engenharia a concorrentes estrangeiras, o Brasil perde conhecimento estratégico e capacidade produtiva, fatores essenciais para o desenvolvimento do país. Joga-se fora boa parte da competência da engenharia brasileira, reconhecida internacionalmente. Essa engenharia começou a ser reconstituída – após o desmanche dos anos 1980/1990 – a partir da primeira década dos anos 2000, quando a economia brasileira foi favorecida pela demanda internacional por commodities, deixando a balança de pagamentos superavitária. Atualmente, o Brasil vem produzindo superávits na balança de pagamentos, com o aumento relativo das exportações, favorecidas ainda pelo dólar em patamares elevados. As grandes empresas, nacionais e internacionais aqui sediadas, principalmente as dedicadas à mineração e ao agronegócio, estão com caixa robusto, aguardando um cenário de maior certeza econômica, equilíbrio fiscal e segurança jurídica para investir no desenvolvimento de infraestrutura e na expansão de suas atividades.

Para isso, a pedra angular, ou a única forma de reconstituir o equilíbrio fiscal, dizem 11 em cada 10 econo-

mistas sérios, chama-se Reforma da Previdência Social. Essa reforma é a base para a recuperação das contas públicas e a retomada da confiança

dos investidores nacionais e internacionais. Reconstruir o equilíbrio fiscal significa recuperar a capacidade de investimento do poder público, nas três esferas. Assim, instaura-se um ciclo virtuoso na economia: o equilíbrio fiscal, iniciado com a Reforma da Previdência, permite a retomada do desenvolvimento. Com essa retomada, pode-se também superar os índices pífios de investimento na infraestrutura praticados nos últimos anos, da ordem de 0,5% a 0,7%, quando o recomendado para as condições brasileiras é de investir 5% do PIB ao ano, a fim de superar os grandes gargalos que travam a expansão da economia e o desenvolvimento do país. E o governo conseguirá oferecer segurança jurídica e receber investimentos privados, por meio de parcerias público-privadas, concessões e, em determinados casos, privatizações, essenciais ao crescimento do país e à geração de empregos. E, consequentemente, o formidável acervo de conhecimentos obtidos pela engenharia brasileira voltará a ser utilizado, recuperando esse setor essencial para qualquer país.

Para isso, é imperioso aprovar a Reforma da Previdência Social ainda neste final de governo Temer. A Previdência teve déficit de 268,8 bilhões de reais em 2017, o equivalente a 2,8% do PIB brasileiro; em 2016, o déficit foi de 2,4% do PIB. Com a atual curva demográfica apontando para o aumento cada vez maior da expectativa de vida dos brasileiros, o déficit só tende a crescer, de forma explosiva, se a reforma previdenciária não for aprovada. As estimativas são de que o déficit da Previdência atinja 350 bilhões de reais em 2018, ou seja, quase 30 bilhões de reais de contas deficitárias por mês. Não há orçamento que suporte tal desequilíbrio.

O presidente Michel Temer e os congressistas podem, assim, deixar uma marca positiva para o país, reafirmando o compromisso com a estabilidade fiscal e melhorando sensivelmente as condições macroeconômicas do Brasil. E reconhecer o recado claro dado pelas urnas.

Esse verdadeiro nó górdio das contas públicas precisa ser cortado. E este é o momento. É preciso retomar a trilha do crescimento e do desenvolvimento, única forma de gerar empregos e renda para atender às demandas atuais dos brasileiros. O desafio está lançado. Cabe ao presidente Michel Temer e aos atuais congressistas mostrar que estão à altura do momento histórico e enfrentá-lo. A sociedade agradece. 🇧🇷

### JOSÉ ROBERTO BERNASCONI

é engenheiro e advogado, foi presidente do Sindicato da Arquitetura e da Engenharia (Sinaenco) e do Instituto de Engenharia E-mail: bernasconi@maubertec.com.br